

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE**

Clenilda Maria de Oliveira França

RISCO DE CRÉDITO E SUA GERÊNCIA NOS BANCOS DE VAREJO

**NATAL
2007**

RB-30.322

FARN
BIBLIOTEC.

Nº Reg. M000776

17.12.07

M
658.88
F882r
2007
lx.02

CLENILDA MARIA DE OLIVEIRA FRANÇA

RISCO DE CRÉDITO E SUA GERÊNCIA NOS BANCOS DE VAREJO

Monografia do Curso de Pós-Graduação MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte como requisito obrigatório para obtenção do grau de Especialista em Gestão Financeira.

Orientadora:

Darliane Ribeiro Cunha Msc.

NATAL

2007

**Catálogo na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos**

França, Clenilda Maria de Oliveira

**Risco de crédito e sua gerência nos bancos de varejo / Clenilda Maria de Oliveira França. – Natal: FARN, 2007.
32f.**

Orientador: Darliane Ribeiro Cunha (M. Sc.)

**Monografia (Especialização MBA em Administração Financeira) –
Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte**

**1. Risco – Gerência – Crédito – Monografia 2. Administração Financeira –
Monografia. 3. Mercado Financeiro – Monografia. I. Título.**

RN/FARN/BC

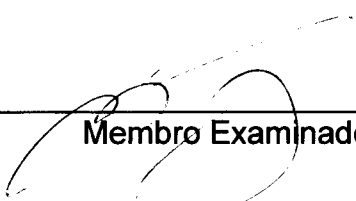
CDU 658.88

CLENILDA MARIA DE OLIVEIRA FRANÇA

RISCO DE CRÉDITO E SUA GERÊNCIA NOS BANCOS DE VAREJO.

Monografia do Curso de MBA em Administração Financeira da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, (X) aprovada com a nota: 9,0 (NOVE) obtendo aprovação, em 03 de 12 de 2007, avaliada pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Darlane Ribeiro Cunha Msc.
Orientadora.



Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus pela força que ele me dá para enfrentar desafios a cada dia.

Ao meu esposo Amaro Luiz Santana de França, pelo incentivo em todos os aspectos em relação ao curso como um todo.

A professora Darliane Ribeiro Cunha na qualidade de orientadora pela paciência a mim dedicada ao longo da elaboração desta monografia.

Aos colegas de sala pelas vezes que desenvolvemos trabalhos juntos e trocamos conhecimentos.

E enfim a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que eu atingisse essa etapa final de conclusão do curso.

RESUMO

As Instituições Financeiras participam ativamente na intermediação da economia e desempenha papel expressivo no desenvolvimento do país, atuando como agente captador e repassador de recursos além de prestarem serviços financeiros a clientes públicos e privados. Diante da economia globalizada abrem suas fronteiras, intermediando recursos e contribuindo para maior desenvolvimento do mercado de capitais e da economia local, fazendo surgirem operações em que a identificação do risco torna-se mais complexa e o valor do risco assume, de forma dinâmica, diferentes proporções. Com o desenvolvimento da tecnologia e a globalização de mercados, o fator risco, apresenta nova dimensão em face das inovações surgidas. Neste novo cenário torna-se importante se agir antecipadamente, deve-se conhecer as posições a que estão sujeitos os riscos e qual a qualidade dos resultados para se ter ciência da performance da instituição, uma vez que, a volatilidade desses mercados tem se mostrado tão elevada, que sem o devido acompanhamento e controle, a continuidade das instituições podem ser ameaçadas. Desse modo os riscos de mercado ganham especial atenção, posto que a perda provocada pode superar até mesmo o principal exposto e juntamente com os riscos de crédito passam a fazer parte da maioria das operações bancárias. Nos recentes episódios de crises mundiais, os prejuízos avolumaram-se e muitas instituições sofreram perdas significativas. No cenário atual destaca-se a importância da gestão que tem o papel de analisar esses riscos através de instrumentos de gestão, finalizando enaltecer a qualidade das decisões tomadas e dos resultados obtidos. Assim essa monografia com estudo voltado para o conhecimento do risco de crédito e sua gerência no setor de bancos de varejo, concentra sua análise em conceitos e dados que visam o aprofundamento do tema e favoreça conhecimento aos que se interessam pelo assunto.

Palavras - chave: Risco, gerência, crédito.

ABSTRACT

The Financial Institutions participate actively in the intermediation of the economy and plays significant role in the development of the country, acting as agent that capt and repass of resources besides providing financial services to public and private clients. Front the global economy open its borders, intermediating resources and contributing to further development of the capital market and the local economy, making arise operations in that the identification of the risk becomes more complex and the amount of risk assumed, so dynamic, different proportions . With the development of technology and globalization of markets, the risk factor, introduced new dimension in the face of the innovations arising. In this new scenario it is important to act advance, you should know the positions that are subject to risks and the quality of results to get science performance of the institution since, the volatility of these markets has been shown as high, that without the proper monitoring and control, continuity of the institutions may be threatened. Thus the risks of the market gain particular attention, since the loss caused can overcome even the biggest reasons and with the credit risks joining the majority of banking operations. In recent episodes of crises worldwide, the prejudice gained volume themselves and many institutions have suffered significant losses. In the current scenario highlights is the importance of management that has the role of analyzing these risks through instruments of management, ending enhance the quality of decisions and outcomes. So this monograph to study back to the knowledge of credit risk and its management in the sector of the retail banks, focuses its analysis on data and concepts aimed at deepening understanding of the subject and favors those who are interested in this.

Keywords: Risk, management, crédito

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Caracterização do setor	7
1.2 Problema da Pesquisa	10
1.3 Objetivos	11
1.3.1 Objetivo Geral	11
1.3.2 Objetivos Específicos	11
1.4 Justificativa	12
2 REVISÃO DA LITERATURA	13
2.1 Administração	13
2.1.1 Importância da Administração financeira nas empresas	13
2.2 Mercado Financeiro e sua estrutura no Brasil	14
2.2.1 Tipos de Mercados Financeiros	16
2.3 Risco	17
2.3.1 Tipos de Risco Financeiros	17
2.3.1.1 Risco de Crédito	17
2.4 Retorno	19
2.5 Relação Risco / Retorno	19
2.6 O “preço” do Capital Social	20
2.7 Os Bancos de Varejo, suas características e atuação	20
2.8 Os Cs do crédito e a gerência de empréstimo	20
3 METODOLOGIA	22
4 REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS E ANÁLISES DOS DADOS	23
4.1 Gráfico 1. Índices de Inflação IBGE entre 1930 e 2005	23
4.1.2 Análise de dados do gráfico 1. Referente aos Índices de Inflação IBGE entre 1930 e 2005	23
4.2 Tabela 1. Taxa de Desemprego total por sexo. Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998/2007	24
4.2.1 Análise de dados da Tabela 1. Referente à taxa de desemprego nas Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 1998/2007	26
4.3 Gráfico 2. Evolução da Inadimplência no Brasil partindo de maio de 1997 até maio de 2004	27
4.3.1 Análise de dados do gráfico 2. Evolução da inadimplência no Brasil partindo de maio de 1997 até maio de 2004	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1 INTRODUÇÃO

1.1 Caracterização do Setor

Planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar são componentes da função administrativa presente no dia a dia das empresas. Esses componentes sincronizados norteiam administração diante de uma economia globalizada, de tecnologia avançada e recursos escassos, onde se tem o papel de conhecer o processo em que se está inserido e administrar todos os recursos disponíveis com eficiência e eficácia.

De acordo com Fayol apud Maximiano (1995, p.143) a administração é uma atividade comum em todos os empreendimentos humanos (família, negócios e governo). E para ser aplicada sempre exige algum grau dessas funções citadas no parágrafo anterior. Não seria diferente com a Administração financeira.

Conceitualmente a Administração Financeira é um conjunto de esforços que visam à execução dessas funções nas atividades de obtenção, aplicação e retorno de recursos da entidade que permita maximização dos retornos dos proprietários das ações ordinárias, ao mesmo tempo em que permita a manutenção de um grau de liquidez compatível com as necessidades da empresa.

Segundo Gitman (1997, p.4) a Administração Financeira diz respeito às responsabilidades do Administrador Financeiro numa empresa. Por sua vez o Administrador Financeiro é a pessoa que busca a obtenção de recursos monetários para que a empresa desenvolva suas atividades e expanda sua escala de operações, buscando desenvolver de maneira mais eficiente com a qual os recursos obtidos possam ser aplicados nos diversos setores da empresa.

Conforme afirma Gitman (1997, p.4) os administradores financeiros administram ativamente as finanças de todos os tipos de empresas, financeiras ou não financeiras, privadas ou públicas, grandes ou pequenas, com ou sem fins lucrativos.

O papel do administrador financeiro não pode tomar rumos diferentes quando partimos para o setor de análise e concessão de crédito que vem ganhando força nos últimos anos com o surgimento do plano real e suas medidas econômicas implantadas. O mesmo plano real contribuiu para a redução significativa da inflação a partir de junho de 1994.

No intuito do controle econômico-inflacionário, o governo decidiu por adotar uma estratégia de abertura gradual de mercado, possibilitando o acirramento da concorrência e conseqüentemente a redução de preços.

A fim de aumentar a competitividade, partes das empresas locais começaram a investir pesadamente na modernização de seus recursos (humanos e materiais) posicionando-se com uma visão de longo prazo.

Os grandes beneficiados com esse cenário, mais precisamente com a redução de preços, passam a ser o consumidor que aumenta seu poder de compra de bens alimentícios e bens duráveis, utilizando recursos de sua própria renda ou de fontes alternativas, como: cheque especial, cartão de crédito e demais alternativas.

A fim de facilitar o consumo, empresas e bancos começaram a oferecer maiores prazos nas vendas e nos financiamentos acreditando na manutenção de um cenário econômico favorável e sustentável.

Porém a expectativa não foi correspondida, pois veio à retomada do aumento da inflação em 1996 e as constantes crises no cenário externo, forçando o governo brasileiro a adotar medidas drásticas como: aumentar a taxa de juros, reduzir o prazo de crédito e desvalorizar o real.

Essas medidas não só influenciaram a redução do consumo como também prejudicaram a geração do fluxo de caixa e a capacidade de pagamento das empresas.

De acordo com Santos, (2003, p.21) o fato que evidencia a afirmação anterior. É que em relação ao ano de 1995, ocorreu um crescimento significativo do número de falências decretadas, em 2001. Em 1995 falências foram 2476 e em 2001, somando um delta de 70,52%.

O número de inadimplência pode ser explicado pela diminuição do faturamento, dessa forma diminui também a capacidade das empresas em honrar os compromissos com os supridores de capital (funcionários, fornecedores, bancos governos e etc.).

Demitidos e desprovidos de renda as pessoas físicas também não conseguem honrar seus compromissos evidenciando-se o número de devoluções de cheques emitidos por pessoas físicas em 1996 assim como aumenta consideravelmente esse número no ano de 2001.

Em decorrência desse cenário as empresas começaram a direcionar parcela maior dos recursos do orçamento para investimento em cursos e treinamentos, visando suprir qualitativamente suas necessidades de seleção e análise e monitoramento do risco de crédito.

Esse cenário revela em primeira mão o setor de crédito atualmente no Brasil.

1.2 Problema da Pesquisa

Diante do cenário em que se encontra o setor de crédito no Brasil tornam-se importantes ações prognósticas, para que haja negociação de forma positiva evitando perdas para o setor. Com base no cenário faz necessário estudar a resposta para o seguinte problema: Quais tipos de riscos financeiros, existentes?

Como se comporta o risco de risco de crédito e quais as devidas posições a que está sujeito - e quais as ações gerenciais para contê-los no setor de bancos de varejo?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar os tipos de riscos financeiros, aprofundando o estudo no risco de crédito e sua gerência nos bancos de varejo.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Conhecer o mercado financeiro e sua estrutura no Brasil;
- Conhecer os tipos de risco existentes;
- Mostrar e analisar tabelas e gráficos elaborados por pesquisadores da área sócio-econômica que revelem e melhor esclareçam dados descritos no corpo do trabalho agora realizado;

1.4 Justificativa

A necessidade do conhecimento em torno do cenário financeiro, mais precisamente, no aspecto da Administração Financeira se dá principalmente, uma vez que o setor de crédito tem despontado nos últimos anos e vem servindo como fator motivador de aquecimento de vendas e movimentações financeiras.

Porém há a necessidade de saber sobre os riscos por que passam o setor, como são geridos esses riscos na busca de retornos mais consideráveis que as perdas, e como tem se comportado esse movimento dentro do setor de crédito ao emprestar o capital.

A pesquisa realizada tem sua importância, uma vez que trará benefícios em relação ao conhecimento sobre o assunto tanto por parte do pesquisador como também para a comunidade científica da administração financeira.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Administração

Já que se fala em papel profissional, responsabilidades, conhecimento de assuntos também direcionados a área administrativa e mais precisamente administrativo-financeira, não se pode deixar de conceituar rapidamente a profissão diretamente ligada e responsável por tocar a gerência dos fatores estudados.

De acordo com Barbosa, (1996, p.13) administrar significa: 1. Gerir, dirigir (negócios). 2. Dar a tomar; aplicar. 3. Ministras; conferir. Int. 4. Governar; dirigir como administrador.

Segundo Maximiano, (1995, p.60) administração é o processo que tem como finalidade garantir a eficiência e a eficácia de um sistema.

E repetindo como no item caracterização do setor deste trabalho, afirma Gitman (1997, p.4), que a Administração Financeira diz respeito às responsabilidades do Administrador Financeiro numa empresa. Por sua vez o Administrador Financeiro é a pessoa que busca a obtenção de recursos monetários para que a empresa desenvolva suas atividades e expanda sua escala de operações, buscando desenvolver de maneira mais eficiente com a qual os recursos obtidos possam ser aplicados nos diversos setores da empresa.

2.1.1 Importância da Administração Financeira nas empresas

No contexto organizacional as várias composições administrativas têm sua importância no processo como todo e na obtenção de resultados.

Especificamente, a importância da administração financeira nas organizações, está no seu conjunto de esforços que visam planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades de obtenção, aplicação e retorno de recursos de entidades que permitam a maximização dos retornos dos proprietários das ações ordinárias, ao mesmo tempo em que permita a manutenção de um grau de liquidez compatível com as necessidades da empresa. Esse esforço tanto é canalizado para o meio privado quanto também para o meio público.

Necessariamente a administração financeira tem de está a par de todas as áreas da administração uma vez que a atividade de finanças está interligada com marketing, com recursos humanos e demais áreas. Sendo assim de grande responsabilidade as decisões a serem tomadas.

2.2 Mercado Financeiro e sua estrutura no Brasil

A composição da estrutura do Mercado Financeiro no Brasil dá-se principalmente sob as esferas das instituições públicas e privadas, suas identidades e dinâmicas próprias, norteadas por políticas públicas econômico-reguladoras e outras vezes têm suas definições por uma pseudo “lei de mercado”.

De acordo com BRITO, (p. 11-16, 2000), as instituições componentes do mercado financeiro no Brasil podem ser caracterizadas a partir da separação entre instituições privadas e públicas. Essas se caracterizando por funções reguladoras e administradoras da política econômica.

Entre as Instituições Financeiras Públicas estão: O Conselho Monetário Nacional (CMN): órgão máximo do sistema financeiro, ao qual compete traçar as normas da política monetária em todos os aspectos; O Banco Central do Brasil, O Banco do Brasil S/A, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que participam junto ao Conselho Monetário Nacional exercendo respectivamente as funções de agente executivo de suas decisões, executor da política credenciada e financeira e executor da política de crédito de médios e longos prazos.

As demais instituições financeiras oficiais também estão sujeitas à disciplina do Conselho Monetário Nacional embora tenham maior autonomia operacional. O Banco Central do Brasil também exerce importante função de normatização e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional e há ainda a Comissão de Valores mobiliários que tem por finalidade principal fiscalizar e regulamentar o mercado de títulos e valores de renda variável.

Já entre as Instituições Financeiras Privadas estão: As Sociedades de Crédito, Financiamentos e Investimento que realizam operações de crédito a médios e longos prazos, destacando-se por prestação de aceites ou aval em títulos cambiais, para concessão de crédito direto ao consumidor; Sociedades Distribuidoras: tem por objetivo principal, a subscrição, distribuição e/ou intermediação da colocação de títulos e valores mobiliários para a venda,

distribuição ou negociação, contribuindo para a captação e condução de poupanças no mercado de capitais; Sociedades Corretoras: tem como principal característica operar em bolsas de valores, com títulos e valores mobiliários de negociação autorizada, comprando e vendendo títulos e valores mobiliários por conta de terceiros; Agentes Autônomos de Investimento: São pessoas físicas que após o cadastramento, realizam operações de colocação e/ou vendas de títulos e valores mobiliários registrados no Banco Central do Brasil e na Comissão de valores Mobiliários, ou títulos de emissão ou coobrigação de instituição financeira, bem como colocação de cotas de fundos de investimentos; Sociedades Arrendadoras: realizam operações de arrendamento de bens adquiridos junto a terceiros, com a finalidade de uso próprio da empresa arrendatária (arrendamento mercantil); Sociedades de Investimento: realizam operações relacionadas com a gestão de poupança voluntária externa ou interna. A aplicação de recursos é feita em carteira diversificada e selecionada de títulos e valores mobiliários; Bancos Comerciais: são instituições financeiras, constituídas sob formas de sociedades anônimas, especializadas particularmente em operações de curtos e médios prazos. Essas operações consistem na captação de recursos do público mediante emissões de depósitos a vista e a prazo fixo, para financiamentos a curtos e médios prazos à indústria, ao comércio e ao público em geral. Além dessas operações esses agentes financeiros prestam relevantes serviços à comunidade, destacando-se entre outros, a execução de ordem de pagamento, a efetivação da cobrança de títulos de crédito, a arrecadação de impostos e taxas e a guarda de valores. Tem faculdade de, sobre os depósitos em moeda manual criar moeda escritural, tornando-se sobre esse aspecto, também geradores de meios de pagamento. O funcionamento e as operações dos bancos comerciais se encontram sobre a forma de controle e fiscalização permanentes do Banco central do Brasil; Bancos de Investimento: o objetivo próprio do banco é a prática de operações de participação ou de financiamento a prazos médio e longo, para suprimento oportuno e adequado de recursos necessários a formação de capital de giro de empresas do setor privado, mediante aplicação de recursos próprios e captação, intermediação e aplicação de recursos de terceiros; e finalmente; Bancos múltiplos: o Banco Central do Brasil autorizou a constituição de Bancos Múltiplos em 1988. A alteração estrutural permitiu aos bancos comerciais de investimento, de desenvolvimento, sociedades de crédito imobiliário e sociedade

de crédito, financiamento e investimento, organizarem-se em uma única instituição financeira, com personalidade jurídica própria. Uma das vantagens propiciadas pela construção dos bancos múltiplos refere-se à economia de custos e, como exemplo pode-se citar a unificação da contabilidade com a implantação do plano de contas único e demonstrativo financeiros de forma consolidada. Como advento do banco múltiplo, o sistema de cartas-patentes foi extinto o que levou a criação de novos bancos e o aumento da concorrência. Esse aumento reforçou ainda mais a necessidade de o banco conhecer melhor, seus pontos fortes e seus pontos fracos e os riscos decorrentes da sua atividade operacional.

2.2.1 Tipos de Mercados Financeiros

Os Mercados financeiros são definidos como mecanismos que recolhem e canalizam as poupanças dos agentes econômicos para o investimento. Há entre mercados financeiros, tipos dele, ou melhor, segmentos. Entre estes estão: Mercados de Ativos Reais: lidam com produtos como trigo, automóveis, imóveis, computadores e maquinaria, os Mercados de Ativos Financeiros: lidam com ações, títulos, notas, hipotecas e outros direitos sobre ativos reais; Mercados a Vista (SPOT), e Mercados Futuros (a termo): são aqueles em que os mercados estão sendo comprados ou vendidos para entrega “imediate” (literalmente em poucos dias) ou para entrega em alguma data futura, como seis meses ou um ano depois; Mercados Monetários: são mercados para título de dívidas com vencimentos para menos de um ano, já os Mercados de Capitais: são mercados para dívida de longo prazo e ações empresariais; Mercados Hipotecários: lidam com empréstimos para imóveis residenciais, comerciais, industriais ou agrários, enquanto os Mercados de Crédito ao Consumidor: envolvem empréstimos para veículos e eletrodomésticos bem como empréstimos para educação, férias e assim por diante; Mercados Mundial, Nacional, Regional e Local: Dependendo da extensão das operações das organizações elas poderão ter seus empréstimos confinados apenas a nível local ou poderão expandir suas operações até em nível de mundo todo. Mercados Primários: são os mercados nos quais as empresas levantam o primeiro capital, ou seja, abrem o capital, a empresa que vende as ações recém-criadas recebe os resultados monetários da venda em uma transação de mercado primário. Já os Mercados Secundários: são mercados em

que os títulos a pagar são transacionados entre os investidores assim se uma empresa investidora desejar adquirir 1000 ações de outra empresa investidora a compra ocorreria no mercado secundário, a NYSE (New York Stock Exchange) é um mercado secundário. Eles também existem para empréstimos hipotecários, para vários outros tipos de empréstimos para outros ativos financeiros segundo afirma o texto há vários outros tipos de mercados financeiros, porém a definição dada é o suficiente para mostrar os muitos tipos de mercados financeiros existentes.

2.3 Risco

Diante da composição do Cenário Econômico e o papel da Administração Financeira frente ao mesmo, temos que considerar a importância do fator-Risco.

Segundo Halfeld (2001, p.71) risco é a parcela inesperada do retorno de um investimento.

Já para Gitman (1997, p. 202) o risco é a possibilidade de prejuízo financeiro.

2.3.1 Tipos de Riscos Financeiros

Como na maioria das vezes para cada fator estudando há particularidades, ou seja, segmentação, Com o fator “Risco” não poderia ser dado outro tratamento, já que saber quais os seus tipos é parte do objeto desse trabalho.

De acordo com Stuchi (2003, p.6-13) Os riscos financeiros podem ser divididos em sete tipos de riscos diferentes, são eles: Risco de Mercado, Risco Legal, Risco de Reputação, Risco Operacional, Risco de Taxa de Juros, Risco de Liquidez e Risco de Crédito. Contemplemos a seguir a sua abordagem do Risco de Crédito.

2.3.1.1 Risco de Crédito

Em estudos realizados há afirmações de que o risco de crédito é um dos que apresentam maior incidência no mercado, no entanto há uma dificuldade em ser estudado e contido uma vez que este apresenta grande complexidade.

De acordo com SANTOS, (p.14,2003) crédito, em finanças é definido como a modalidade de financiamento destinada a possibilitar a realização de transações comerciais entre empresas e seus clientes. E segundo Stuchi (2003, p.11-13) o Risco de Crédito é um dos riscos mais comuns enfrentados por uma instituição financeira, uma vez que a sua atividade básica é a concessão de empréstimos. Mesmo sendo comum na atividade bancária sua quantificação é, na maioria das vezes, complexa.

O risco de crédito segundo Figueiredo apud Stuchi (2003, p.11) é a consequência de uma transação financeira contratada entre um fornecedor de fundos (doador de crédito) e um usuário (tomador de crédito). O puro ato de emprestar uma quantia a alguém traz embutido em si à probabilidade de ela não ser recebida, a incerteza em relação ao retorno. Na essência o risco de crédito pode ser definido como o risco de uma contraparte não honrar seu compromisso em um acordo de concessão de crédito. Resumidamente o risco de crédito ocorre quando uma contraparte não quer ou não pode honrar os compromissos financeiros com a outra.

Numa visão mais ampla o risco de crédito pode ser resumido nas seguintes áreas: risco de inadimplência: risco pela possibilidade de perda pela incapacidade de pagamento de um empréstimo. Ex. o não pagamento de principal e ou juros de um crédito pessoal ou do cartão de crédito; risco de degradação de crédito: pode ser definido pela degradação da qualidade credentícia de um tomador de empréstimo ou emissor de um título, levando a uma diminuição no valor de suas obrigações. Ex. Perdas em títulos soberanos pela redução da classificação do país emissor; risco de degradação de garantias: risco de perdas pela degradação da qualidade das garantias oferecidas pelo tomador de empréstimo. Ex. depreciação das garantias depositadas em bolsas de derivativos; risco soberano: pode ser definido como risco de perdas pela incapacidade de um tomador de empréstimo, localizado em outro país, honrar seus compromissos em função das restrições impostas a ele; e risco de concentração de crédito: a concentração de crédito envolve o risco de perdas em decorrência da não diversificação do investimento.

Os riscos financeiros apresentados estão diretamente interligados. Isso mostra que nem sempre é fácil definir o tipo de risco presente em uma situação.

Diante de algumas situações o que pode ser risco de mercado para um banco pode ser risco de crédito para outro.

2.4 Retorno

Numa conceituação empírica pode-se dizer que retorno é a resposta positiva ou negativa que se tem de um investimento realizado. A parcela negativa poderia considerar Risco representado pelo retorno inesperado.

Porém numa visão científica do ponto de vista de Gitman (1997, p.203) o retorno sobre o investimento é medido como total de ganhos ou prejuízo dos proprietários decorrentes de um investimento durante um determinado período de tempo.

2.5 Relação Risco / Retorno

De acordo com Gitman (1997, p.50) existe um tradeoff¹ entre risco e retorno tal que os investidores, por aceitarem maior risco, devem ser compensados na sua expectativa de maiores retornos.

Então significa dizer que a existência de uma relação positiva entre risco e retorno nominal ou esperado deve ser evidente.

Num caso como a avaliação dos gerentes para realização da concessão de empréstimo, estes tendem a conceder os empréstimos, emitir seus valores às empresas ou pessoas físicas que se espera que forneçam um retorno condizente com risco percebido. E o retorno efetivo obtido sobre os empréstimos afetará os atos subsequentes desses gerentes, e das empresas de concessão de crédito, se emprestarão ou se modificarão os investimentos do capital das empresas.

¹ Em Economia, **tradeoff** é uma expressão que define uma situação em que há conflito de escolha. Ele se caracteriza em uma ação econômica que visa à resolução de problema mas acarreta outro, obrigando uma escolha.

2.6 O “preço” do Capital Social

O preço do Capital Social é o que chamamos de dividendos que se paga pelo dinheiro que se pega emprestado este depende de quatro fatores que afetam a Oferta e a Demanda do capital de investimento.

O primeiro deles é a Oportunidade de Produção: significa dizer quanto poderá ser produzido e em quanto tempo para poder ser pago com margem o que foi investido inicialmente; Preferência pelo Consumo: o produzido será de acordo com o que o cliente pretenda consumir e para a produção o produtor precisará de mais, ou menos capital que poderá ser alocado a um preço maior ou menor (juro); o Risco: que será tão alto ou tão baixo quanto a capacidade de retorno do produtor para as pessoas que estão investindo no projeto, ou seja, lá no que for, e finalmente vem a Inflação: quando se usa dinheiro como meio de troca, seu valor no futuro é afetado pela inflação que quanto maior a sua taxa maior o retorno requerido.

2.7 Os bancos de Varejo suas características e atuação

Os bancos de varejo são caracterizados como bancos com elevado número de agências, abrangendo todo o território nacional e oferecendo todo tipo de produto ao cliente. Têm alto investimento em tecnologia da informação, de forma a obter melhor relação custos/processos, gerando capacidade de reduzir preços ao consumidor final. Estes bancos são grandes o suficiente para enfrentarem a competição internacional, atuando como “bancos universais”, oferecendo larga escala de serviços financeiros a grande maioria dos seus clientes.

2.8 Os “Cs” do crédito e a gerência de empréstimo

Os “Cs” do crédito servem como roteiro para a investigação de crédito. Garantem que nenhum aspecto relevante seja ignorado ou esquecido ao avaliar uma ficha cadastral, documentação ou eventuais indicadores financeiros. Mesmo que você não trabalhe diretamente com isso, os “Cs” devem ser ao menos

conhecidos para serem seguidos intuitivamente em casos em que você fará concessão de crédito. Isso ajudará a diminuir o risco de um negócio.

Os gerentes bancários são autorizados a analisar os seguintes pontos numa avaliação de proposta de crédito; O Caráter refere-se à reputação do tomador de crédito (pessoa física ou jurídica); Capacidade de Gestão: constitui a capacidade do tomador de repor o empréstimo mesmo que tempos difíceis possam aparecer; Capital: é a medida do valor patrimonial ou da posição financeira do tomador; Colateral: referem-se aos ativos específicos que poderiam ser prometidos como segurança para a dívida; Condições: referem-se às condições financeiras esperadas para a época em que a dívida estiver em vigência e finalizando, Conglomerado: como está a situação de outros créditos que podem influir no crédito analisado?

3 METODOLOGIA

O tipo de estudo realizado caracteriza-se numa pesquisa quanto aos fins, “exploratória”, uma vez que busca aprofundar sobre o tema fazendo assim o reconhecimento da realidade a ser analisada.

“A investigação exploratória é realizada na área em que há pouco conhecimento sistematizado. Por sua natureza de sondagem não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir no meio ou no final da pesquisa”. (VERGARA, 2000, p.47).

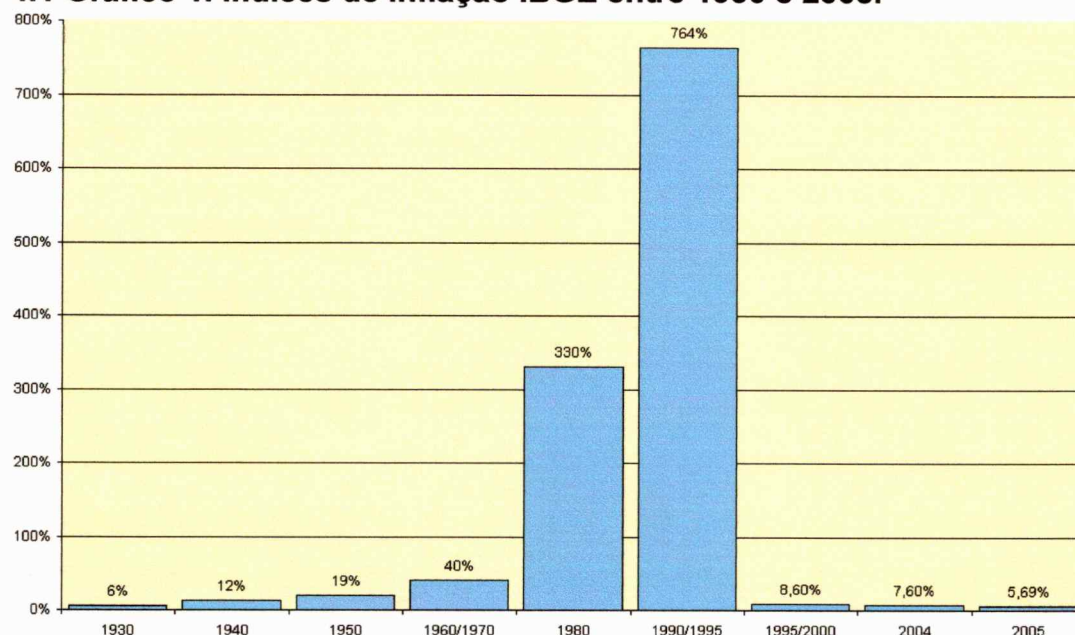
Quanto aos meios utilizados para sua realização é do tipo bibliográfica. Uma vez que para a coleta de dados fez-se uso de fontes tradicionais (jornais, livros, trabalhos acadêmicos, Adendos e relatórios de pesquisas realizadas).

Utilizou-se para a coleta de informações também meios eletrônicos (computador) que serviram tanto para obtenção de material para estudo como para a composição física dessa monografia.

Os dados adquiridos foram tratados de forma qualitativa uma vez que essas informações foram adquiridas por meio apenas de fontes bibliográficas não se fazendo uso de questionário com questões fechadas que permitiriam o tratamento quantitativo.

4 REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS E ANÁLISES DOS DADOS

4.1 Gráfico 1. Índices de Inflação IBGE entre 1930 e 2005.



Fonte: Winkpédia a Enciclopédia livre.

4.1.2 Análise de dados do gráfico 1. Referente aos Índices de Inflação IBGE entre 1930 a 2005

O gráfico um inicialmente apresentado tem o propósito de mostrar o comportamento da inflação desde a década de 1930 até o ano de 2005. Este revela o comportamento da inflação ao longo desse intervalo de anos. A importância dessa representação ocorre a fim de justificar graficamente pontos estudados no cenário descrito inicialmente na pesquisa agora realizada. O cenário afirma ser a busca de conter a inflação o principal motivador para o surgimento do plano real. Os intervalos de tempo que melhor representa a época em que ocorreu o fato foi o de 1990 a 1995 e de 1995 para frente.

Os dados explícitos no gráfico mostram que na década de 1930 a média anual de inflação foi de 6% a a; em 1940 a média anual sobe para 12% aa, em 1950 esse número migra para 19% aa; de 1960 a 1970 vai a 40% aa; na década de 1980 atinge os 330% aa, (Entre 1985 e 1994 as taxas da inflação no Brasil foram altas.

Para os mais ricos, a política da Correção Monetária ajudou a suavizar a situação); a maior média foi atingida entre 1990 a 1994, com um índice de

inflação de 764% até a chegada do plano real; de 1995 a 2000 essa inflação, volta a cair e chega a média dos anos 8,6% ao ano, e em 2004 chega a 7,6% ao ano, mas vale ressaltar que medidas tomadas para redução da inflação, não atingiram patamares baixos até hoje, um pouco mais estabilizado sim, mas baixo não.

Conforme mencionado inicialmente no trabalho no tópico caracterização do setor, o Plano Real foi um plano de tentativa de estabilização econômica. Este resultaria no fim de quase três décadas de inflação elevada e na substituição da antiga moeda pelo Real. A partir de primeiro de julho de 1994. Num primeiro momento o plano obteve resultados muito positivos, com controle da inflação e aumento da taxa de investimentos na economia. A crise de hiperinflação foi de fato debelada, embora uma persistente inflação residual tenha se mantido.

Porém mais tarde o plano perde forças orientado principalmente pela crise dos Tigres Asiáticos (1997) e da Rússia (1998), a situação tornou-se insustentável. A aversão do capital internacional ao risco aumenta rapidamente, exigindo do governo um novo aumento nas taxas básicas de juros (em setembro de 1998, a taxa de juros real estava próxima de 50% a.a.). Em novembro de 1998, é assinado um acordo de ajuda com o FMI que impunha duras obrigações a serem cumpridas. Em dezembro de 1998, o congresso não aprova a taxa dos servidores inativos, um dos itens fundamentais para o ajuste fiscal. Concomitantemente alguns governos estaduais (como o de Minas Gerais) passam a fazer oposição ativa ao governo. Não conseguindo mais conter a saída de capital e para não exaurir as reservas cambiais, em janeiro de 1999 o governo abandona o sistema de bandas cambiais e deixa a taxa de câmbio flutuante (livre). Em dois meses, o Real se desvaloriza cerca de 40%. O Risco País cresce a níveis alarmantes e a situação piora muito mais na segunda metade de 2002 com a proximidade das eleições e a cada vez mais certa vitória do candidato de oposição Luís Inácio Lula da Silva.

4.2 Tabela 1. Taxa de Desemprego total por sexo. Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998/2007

Período	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal								
	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulhe res
1998	15,9	13,7	18,7	19,7	17,4	22,1	15,9	13,7	18,6
1999	17,9	15,9	20,4	22,1	19,2	25,2	19,0	16,7	21,9
2000	17,8	16,1	19,9	20,2	17,7	22,9	16,6	14,2	19,6
2001	18,3	16,2	20,8	20,5	17,6	23,6	14,9	12,3	18,2
2002	18,1	15,7	20,8	20,7	18,0	23,6	15,3	13,1	17,9
2003	20,0	17,1	23,3	22,9	20,2	25,7	16,7	13,9	20,2
2004	19,3	16,8	21,9	20,9	17,9	24,0	15,9	13,1	19,1
2005	16,7	14,0	19,7	19,0	15,9	22,1	14,5	11,9	17,6
2006	13,8	11,0	16,9	18,8	15,9	21,8	14,3	12,0	16,9
janeiro/2007	12,0	9,3	15,1	17,6	14,6	20,9	12,2	9,6	15,3
fevereiro/2007	12,9	9,7	16,7	17,9	14,5	21,3	12,3	9,6	15,4
março/2007	13,8	9,9	18,1	18,9	15,3	22,6	12,9	10,1	16,1
abril/2007	13,5	9,6	17,9	19,0	15,8	22,4	13,6	11,0	16,7
maio/2007	13,2	9,8	16,9	18,4	15,5	21,3	14,1	11,5	17,3
junho/2007	12,7	10,1	15,6	18,1	15,6	20,6	14,4	11,5	17,7

Período	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal								
	Recife			Salvador			São Paulo		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1998	21,6	19,0	24,9	24,9	22,9	27,1	18,2	16,1	21,1
1999	22,1	19,6	25,2	27,7	25,8	29,9	19,3	17,3	21,7
2000	20,7	18,2	23,9	26,6	24,1	29,3	17,6	15,0	20,9
2001	21,1	17,8	25,3	27,5	25,0	30,2	17,6	14,9	20,8
2002	20,3	17,6	23,6	27,3	24,9	29,9	19,0	16,4	22,2
2003	23,2	20,0	27,0	28,0	26,1	30,1	19,9	17,2	23,1
2004	23,1	20,3	26,5	25,5	23,2	28,0	18,7	16,3	21,5
2005	22,3	19,2	26,0	24,4	21,3	27,8	16,9	14,4	19,7
2006	21,3	18,4	24,8	23,6	20,4	27,0	15,8	13,4	18,6
janeiro/2007	20,7	17,1	25,0	22,1	19,5	24,8	14,4	11,7	17,6
fevereiro/2007	20,4	17,0	24,6	22,3	19,4	25,3	15,3	12,6	18,5
março/2007	21,1	17,7	25,3	22,9	19,6	26,6	15,9	13,2	19,1
abril/2007	20,7	17,6	24,7	23,4	20,3	26,7	16,3	13,7	19,3
maio/2007	21,1	18,2	24,7	22,5	20,0	25,2	15,5	12,7	18,7
junho/2007	20,5	17,8	23,9	22,0	19,3	24,8	14,9	12,6	17,5

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

4.2.1 Análise de dados das Tabelas 1. Referente à taxa de desemprego nas Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998/2007

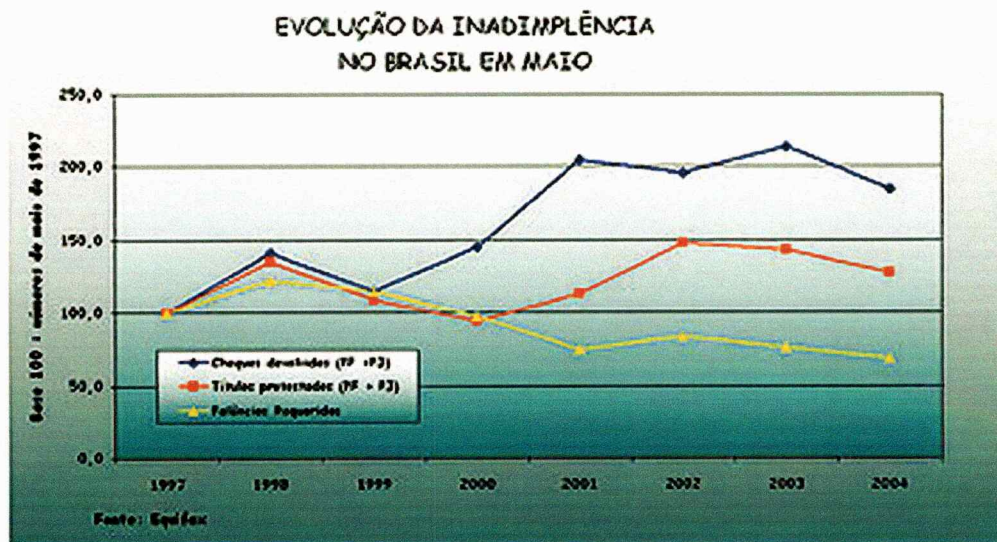
A tabela um têm o propósito de mostrar como se comporta o índice de desemprego nos anos de crise econômica. Como pode ser observada na tabela a taxa de desemprego medida a partir do ano de 1998 mostra que nas regiões de Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre houve um comportamento de

aumento da taxa de desemprego dos anos de 1998 até o ano 2003, tendendo a baixas do ano de 2004 para frente.

O mesmo comportamento é visto para os estados de Recife, Salvador e São Paulo, estendendo essa alta dos anos de 1998 até 2004, ou seja, um ano a mais de queda de emprego, vindo a diminuir do ano de 2005 até o ano atual de 2007.

A queda nas taxas percentuais de desemprego toma um comportamento diferente entre as regiões Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre, observa-se que nesses estados há uma maior rapidez nos percentuais de queda, implicando em intervalos de valores consideráveis entre um mês e outro. Já para os demais estados apresentados que representa na tabela, esse índice de queda é mais lento.

4.3 Gráfico 2. Evolução da Inadimplência no Brasil partindo de maio de 1997 até maio de 2004



Fonte: Revista Business

4.3.1 Análise de dados do gráfico 2. Evolução da inadimplência no Brasil partindo de maio de 1997 até maio de 2004

O gráfico dois tem o propósito de mostrar uma análise comparativa percentual de inadimplência no Brasil ao longo dos anos de 1997 até 2004, tomando como referência o mês de maio de cada ano representado, nele estão mostrados os eventos: Cheque especial, Títulos protestados e Falências Requeridas. Os dados nele demonstrados revelam congruência com os fatos descritos ao longo desse trabalho os quais apresentam dificuldades no cenário brasileiro mesmo nos anos posteriores a 1994, quando havia toda uma expectativa de mudança com o plano que visou estabilização inflacionária (Plano Real).

No confronto dos resultados entre os anos de 1997 a 2004, os indicadores econômicos apresentam comportamentos simultâneos apenas para o intervalo entre o ano de 1997 até o ano de 1999, que foram de alta no primeiro ano e de queda no segundo, fato se repete tanto para cheques devolvidos; títulos protestados como para as falências requeridas. Nos demais anos o comportamento se dá de forma irregular, observa-se um aumento de cheques devolvidos nos dois anos seguintes a 1999 e altas e baixas nos últimos três anos até 2004. Os títulos protestados baixaram no primeiro ano seguinte a 1999 e aumentos nos demais até 2004. Já para as falências requeridas houve aceleração de baixa nos dois anos seguintes a 1999 e alta de 2001 a 2002, voltando a cair novamente até 2004,

Vale esclarecer que tanto os cheques devolvidos, como os títulos protestados ficaram acima da média inicial que foi representada por 100% em 1997 no gráfico. Ou seja, há crescimento da inadimplência nesses dois setores nos anos observados, mas para as falências decretadas o número diminui em relação à média de 1997, ou seja, foi decretado menor número de falência em relação à média inicial representada no gráfico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho destacou aqui os principais conceitos envolvidos no risco e na atividade bancária. Conclui-se, portanto que há diversos tipos de riscos financeiros. Mas dentre eles o de maior incidência é o Risco de Crédito. Essa manifestação no setor de crédito e mais precisamente nos bancos de varejo é bastante visível. Porém no estudo realizado, apesar da incidência desse tipo de risco, existe uma dificuldade em estudá-lo uma vez que o mesmo oferece alta complexidade, em alguns casos podendo ser considerado como rico de crédito e em outros assumindo identidade de outro tipo de risco.

É papel da gerência desse setor buscar conhecer profundamente, situações macro e microeconômicas, numa visão de poder utilizar-se de ferramentas gerenciais adequadas, tendo assim maior apoio e segurança na tomada de decisão, principalmente quando o assunto é concessão de crédito.

No decorrer do estudo realizado é clara a existência do risco no mercado financeiro e na atividade de crédito, uma vez que não se pode falar em retorno e não pensar de imediato no risco. As medidas a serem tomadas devem ser apenas no sentido de prevenir perdas exorbitantes que coloquem em colapso instituições do setor.

É evidente a estruturação do mercado financeiro no Brasil, em seus diversos tipos e instituições tanto de ordem privada como públicas que são responsáveis pela gerência de políticas monetárias, assim como responsáveis também pelo recolhimento e canalização da poupança dos agentes econômicos para investimentos.

Fato que chama a atenção neste trabalho é a tão já discutida inflação que é uma das principais responsáveis pela incapacidade de pagamento dos tomadores de empréstimo, e que ao longo dos anos vem provocando inadimplência no país. Por meio da década de 90 essa inflação atingiu índices exorbitantes chegando a casa dos 700% , numa tentativa de contenção da mesma surge em 1994 o Plano Real, tendo contribuído em parte para a estabilização da mesma, não fosse o residual que se estende até hoje. A alta inflação gera diminuição do poder de compra, desemprego, falência, inadimplência, assim como a necessidade de altos retornos e por sua vez provoca alto risco.

Fica claro, portanto a necessidade cada dia mais explícita do conhecimento intelectual/global da gestão do setor de bancos de varejo para poder acompanhar tamanha rapidez e mudanças nesse setor. Esse conhecimento não deverá ser ligado apenas a fatos pequenos, mas também a fatos mundiais, que podem provocar ascensão ou queda do mesmo em questão de pouco tempo.

6 REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Adendo 2006**. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/htms/spb/diagnostico-Adendo-2006.pdf>> Acesso em 31 out. 2007.

CRC SP. **Custo como ferramenta gerencial**. São Paulo: Atlas, 1995.

DIEESE/SEADE, MTE/FAT. **Taxa de desemprego total, por sexo: Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998/2007**. Disponível em: <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=5>> Acesso em 12 nov. 2007.

FILHO, JTT. **E minha zona de conforto como fica?** Disponível em: <<http://br.geocities.com/portaldefinancas/confortohtm>> Acesso em 11 de abr. 2007.

GITMAN, Lawrence. **Princípios da administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

HALFELD, Mauro. **Investimentos: Como administrar Melhor o seu dinheiro**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2001.

MAXIMIANO. Antônio César Amaru. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 1995.

REVISTA BUSINESS. **Índice de Inadimplência**. <http://www.equifax.com.br/rev_bus/2004_julho/indicadores.asp?menu=indicadores>. Acesso em 13 nov. 2007.

SANTOS, José Odálio. **Análise de Crédito: Empresas e pessoas físicas**. São Paulo: Atlas, 2003.

STUCHI, Luciano Gabas. **Quantificação do Risco de Crédito: Uma Aplicação do Modelo Credistrick + para financiamento rurais e agroindustriais**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-13072004-151006/publico/luciano.pdf>>. Acesso em 31 out. 2007.

WINKPEDIA, a enciclopédia livre. **Plano Real**. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Infla%C3%A7%C3%A3o#Hist.C3.B3rico_do_Quadro_Inflacion.C3.A1rio_no_Brasil>. Acesso em 13 nov. 2007.